

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. DR. VICTOR LINHALIS)

Altera o art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a pena do crime de estelionato quando a conduta for praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino.

O Congresso Nacional decreta:

"Art 171

Art. 1º Esta Lei altera o art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a pena do crime de estelionato quando a conduta for praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino.

Art. 2º O § 4º do art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

E	stelionato contra mulher, pessoa idosa ou vulnerável
_	4º A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) ao dobro, considerada elevância do resultado gravoso, se o crime é cometido:
	<ul> <li>contra mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos o 2º-A do art. 121 deste Código;</li> </ul>
Ш	- contra pessoa idosa ou vulnerável.
	" (NR)

## **JUSTIFICAÇÃO**





A violência contra a mulher pode assumir diversas formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. De modo a reforçar a proteção dessas vítimas, a legislação pátria vem recrudescendo o tratamento penal dado ao agressor, por meio da criação de tipos penais como o feminicídio e a violência psicológica contra a mulher, e, ainda, mediante o aumento das penas de diversos outros crimes, quando cometidos contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

Nesse contexto, faz-se necessário resguardar, também, o patrimônio das vítimas, a fim de lhes assegurar dignidade e autonomia suficientes para romper o ciclo da violência.

Um dos crimes patrimoniais que mais atinge as mulheres é o estelionato, situação em que o agente utiliza artifícios para conquistar a confiança da vítima e induzila a erro, obtendo vantagem ilícita em prejuízo de seus bens.

Esse delito, previsto no art. 171 do Código Penal, ofende não apenas o patrimônio individual da vítima, mas também a sua integridade moral e a sua igualdade perante a lei.

Propomos, portanto, que a pena do estelionato seja aumentada de um terço ao dobro quando a conduta for praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino.

Acreditamos tratar-se de medida que se mostrará eficaz para a prevenção e a repressão de crimes dessa natureza.

Por essas razões, tomamos a presente iniciativa, esperando contar com o apoio de nossos ilustres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado DR. VICTOR LINHALIS

